



## Roda da Fortuna

Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo  
Electronic Journal about Antiquity and Middle Ages

Miriam Coser<sup>1</sup>

### A Idade Média sob a perspectiva da História das Mulheres e dos estudos de gênero: as biografias das rainhas portuguesas

The Middle Ages Under the Perspective of the Women's History and the Gender Studies:  
the Biographies of the Portuguese Queens

---

**Resumo:**

A História das Mulheres e os estudos de gênero surgiram da confluência da terceira geração da Escola dos Annales e da segunda onda do movimento feminista. Os historiadores franceses iniciaram uma sólida tradição da História das Mulheres, enquanto os norte-americanos e ingleses foram os primeiros a aplicar o conceito de gênero de forma mais incisiva para os estudos da Idade Média. As produções historiográficas portuguesa e brasileira têm seguido caminho semelhante. O presente artigo tem como objetivo demonstrar como a análise de fontes muito conhecidas, mas agora estudadas sob essa nova perspectiva historiográfica, mudou a compreensão sobre o papel político das rainhas na Idade Média Portuguesa.

**Palavras-chave:**

Gênero; História das Mulheres; Rainhas Medievais Portuguesas.

**Abstract:**

The Women's History and the gender studies emerged from the confluence of the third generation of the Annales School and the second wave of the feminist movement. French historians began a solid tradition of Women's History, while the Americans and the English were the first to apply the concept of gender more incisively to the studies of the Middle Ages. The Portuguese and Brazilian historiographical productions have followed a similar path. The present article aims to demonstrate how the analysis of well-known sources, but now studied under this new historiographical perspective, has changed the understanding about the political role of queens in the Portuguese Middle Ages.

**Keywords:**

Gender; Women's History; Portuguese Medieval Queens.

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta de História Medieval do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Os estudos de gênero na área da História surgem da confluência de dois movimentos de caráter distintos que ocorrem após meados do século XX: a renovação historiográfica promovida pela terceira geração dos Annales e a segunda onda do movimento feminista.

A terceira geração da Escola dos Annales que, nas palavras de Peter Burke, fez a passagem “do porão ao sótão” (Bruke, 1992: 81), ampliou exponencialmente a gama de temas e fontes nas pesquisas históricas com grande ênfase na história cultural e aproximação com a antropologia. Tal dinamismo trouxe para a discussão historiográfica os temas da família, da infância e das mulheres, abrindo espaço para o que Michelle Perrot chamou de um movimento coletivo que faz surgir mais do que a História das Mulheres, pois “trata-se de uma tradução e do efeito de uma tomada de consciência ainda mais vasta: da dimensão sexuada da sociedade e da história.”(Perrot, 2008: 15).

Paralelamente e em diálogo com a renovação historiográfica, o movimento feminista passava por novos desafios. A chamada segunda onda do feminismo<sup>2</sup>, surgida após a Segunda Guerra Mundial, trouxe novas reivindicações por parte das mulheres no que tange o direito ao corpo e a oposição à opressão do patriarcado. Tal movimento intensifica-se nas décadas de 1960 e 1970 com a publicação e difusão dos trabalhos de autoras como Betty Friedan e Simone de Beauvoir (Pedro, 2005: 97-98). No entanto, o uso da categoria gênero não havia sido apropriado pelo movimento, centrado nos direitos da “mulher”. Será a partir de uma intensa discussão interna que o movimento feminista passará a reconhecer a grande diversidade dentro desse universo e a necessidade de refletir sobre a existência da “diferença dentro da diferença”, de acordo com os grupos étnicos, culturais e econômicos que dividem as mulheres. A partir dessa reflexão e prática política que fazem compreender a inexistência da “mulher” e sim a existência das “mulheres”, se insere o uso da categoria “gênero”, com ênfase nos papéis construídos socialmente para homens e mulheres. O uso do termo já estava sendo utilizado pela medicina e a psicologia e ganhava agora um sentido político na luta feminista.

As transformações na historiografia e nos movimentos sociais das mulheres ocorrem de forma concomitante e produzem influências recíprocas. O surgimento da História das Mulheres de que fala Michelle Perrot ocorre justamente quando os debates sobre a diferença dentro da diferença intensificam-se na passagem da década de 1960 para a de 1970. Da mesma forma, será ao longo da década de 1980 que o uso do termo gênero é apropriado pelo movimento feminista e será em 1986 que Joan Scott formulará sua proposta para a aplicação da categoria aos estudos históricos (Scott, 1990: 5-22). Para a autora, gênero seria a organização social da

---

<sup>2</sup> A “primeira onda” do feminismo é compreendida principalmente como o movimento sufragista do séc. XIX e início do XX.

diferença sexual. Nesse sentido, trata-se de um dos principais vetores das relações de poder em qualquer sociedade, ao lado das diferenciações de raça e classe.

Nessa perspectiva, a influência da concepção de poder proposta por Michel Foucault (2004) foi essencial. Entender o poder não como algo que se detém unilateralmente, mas como uma relação que está presente em todos os níveis da sociedade faz com que se compreenda também a categoria gênero como eminentemente relacional. A “organização social da diferença sexual” é constantemente construída, a partir das relações estabelecidas entre os homens, entre as mulheres e entre os homens e as mulheres nas diversas sociedades ao longo da história. Um resultado desse diálogo historiográfico foi, portanto, precisamente a compreensão das nuances do feminino numa dada sociedade, assim como os elementos de interação e mesmo interseção com as próprias nuances do masculino, mais do que simplesmente o estabelecimento de oposições.

Joan Scott, no entanto, constatou mais tarde diferenciações acerca das abordagens da categoria “gênero” por parte dos estudiosos das Ciências Humanas (Scott, 1992). A autora identificou duas linhas teóricas principais. A primeira seria ligada aos trabalhos da área das Ciências Sociais sobre os sistemas de gênero. Tal linha tenderia a conferir uma oposição fixa entre homens e mulheres e seus papéis nas diversas esferas da sociedade, de forma a compreender os processos que estabelecem as identidades de gênero e instituições criadas a partir destas. Tais identidades coletivas estariam recortadas por diferenças de raça, classe, etnia e sexualidade, que pluralizam as categorias de “homens” e “mulheres”.

A segunda linha teórica seria ligada aos trabalhos da linguística, filosofia e psicanálise sob a rubrica do pós-estruturalismo. Afastando-se da separação binária pré-existente entre homens e mulheres, centraria seus estudos nos processos discursivos que produzem a diferença sexual. Nesse sentido, masculinidade e feminilidade não correspondem necessariamente a machos e fêmeas biológicos.

O uso da categoria gênero na historiografia contemporânea e os movimentos sociais mais recentes voltados para os direitos relativos às diversidades sexuais têm trazido novas discussões e outras abordagens no uso da categoria, mais próximos teoricamente dessa segunda linha apontada por Scott. Se, de início, percebe-se a influência do conceito de gênero nos estudos que privilegiavam o lugar das mulheres na história, novos trabalhos inspirados na teoria *queer* têm priorizado as construções das masculinidades, especialmente nas sociedades modernas (Butler, 2004).

Inserida nesse debate, a problematização proposta por Judith Butler questiona a ideia de gênero como organização social da diferença sexual, pois a própria diferença sexual seria uma construção discursiva. Assim:

Coser, Miriam

A Idade Média sob a perspectiva da História das Mulheres e dos estudos de gênero:  
as biografias das rainhas portuguesas

[www.revistarodaafortuna.com](http://www.revistarodaafortuna.com)

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado 'sexo' seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma. (Butler, 2012: 25)

As contribuições de Butler, no entanto, têm sido mais profícuas para os estudos de História Contemporânea, em especial os da História do Tempo Presente. Com relação aos estudos sobre Idade Média, suas proposições teóricas ainda não têm provocado um redirecionamento das pesquisas, dentre outros motivos, precisamente por colocar em questão a própria validade de uma História das Mulheres. Entretanto, mesmo para os que optam pelo viés da História das Mulheres, as reflexões de Scott, agudizadas pelas de Butler, auxiliam o direcionamento do olhar historiográfico, evitando naturalizações que se percebem construídas socialmente e no âmbito das práticas discursivas.

Os resultados dessas discussões têm sido uma gama ampliada de estudos historiográficos que incluem os relativos ao período da Idade Média. Um dos primeiros trabalhos no âmbito da História das Mulheres abrangendo a Idade Média e o Renascimento é o livro de Christine Klapish Zuber (Herlihy & Klapish Zuber, 1978), publicado na década de 1970, sobre a história da família na Toscana. Mas será, sem dúvida, Georges Duby (1981, 1988, 1992, 1996) o principal expoente da terceira geração dos Annales a se dedicar à investigação sobre as mulheres medievais. Seus estudos sobre parentesco e casamento o levaram mais especificamente para o tema das mulheres das cortes francesas da Idade Média Central, tendo como fonte os discursos dos homens sobre elas. Contrapunha-se aos trabalhos que apresentavam a Idade Média como uma época do desabrochar do feminino, como quis demonstrar Régine Pernoud (1980). A insistência de Duby no tema da dominação masculina e na história dos discursos e representações, no entanto, gerou críticas por parte da historiografia norte-americana que refutava a Idade Média como uma “idade dos homens” (Livingstone, 1998).

O uso explícito do conceito de gênero para pensar a sociedade medieval, por sua vez, tem seus marcos fundamentais com os trabalhos produzidos em língua inglesa na década de 1990. A americana Caroline Bynum investigou a espiritualidade feminina e a apropriação do corpo entre as religiosas na Idade Média (Baynum, 1991). Igualmente inovador foi o livro do historiador inglês Stephen Henry Rigby centrado nas inter-relações entre classe e gênero na Inglaterra medieval (Rigby, 1995).

No Brasil, o primeiro livro identificado com a História das Mulheres no medievo foi o de autoria de José Rivair Macedo, *A Mulher na Idade Média*, publicado

em 1999, dois anos após a conclusão da tese de doutorado de Dulce Oliveira dos Santos, *O copo dos pecados: representações e práticas socioculturais femininas nos reinos Ibéricos de Leão, Castela e Portugal* (1997). Paralelamente, em especial no âmbito de laboratórios de História Medieval como o PEM-UFRJ e o *Scriptorium*- UFF, iniciava-se uma produção significativa de dissertações e teses dedicadas ao estudo das biografias das rainhas portuguesas do período medieval e da produção discursiva acerca dessas rainhas (Santos, 1995). A primeira tese explicitamente dedicada às relações entre gênero e poder nas construções dos modelos das rainhas portuguesas foi defendida em 2003 (Coser) e, mais recentemente, alguns trabalhos têm procurado aprofundar as relações entre as feminilidades e masculinidades na corte medieval portuguesa (Trevisan 2012, 2016).

Em Portugal, o início de uma produção filiada à História das Mulheres tem como marco o Colóquio *A mulher na sociedade portuguesa – visão histórica e perspectivas atuais*, realizado no ano de 1985 pelo Instituto de História Econômica e Social da Universidade de Coimbra, que reuniu as historiadoras Maria Helena da Cruz Coelho, Maria Alegria Fernandes Marques, Ana Rodrigues Oliveira, Ana Maria Rodrigues, Manuela Santos Silva, entre outras de igual importância. A produção historiográfica portuguesa no campo da História das Mulheres e estudos de gênero desde a década de 80 do século passado pode ser apreciada pela minuciosa apresentação efetuada por Manuela Santos Silva e Ana Maria Rodrigues (2012) e não será retomada aqui em sua totalidade, mas apenas no que tange as biografias de rainhas portuguesas.

Assim como no Brasil, em Portugal as dissertações e teses tendo como objeto as biografias de rainhas portuguesas proliferaram no início do século XXI: Hutchinson, 2002; Sousa, 2004; Baleiras, 2008. Mas, sem dúvida, o empreendimento mais ambicioso e completo é a coleção promovida pela Academia Portuguesa de História, intitulada *Rainhas de Portugal*, coordenada por Isabel Guimarães Sá, Manuela Santos Silva e Ana Maria Rodrigues, contando com 29 autores e composta por 32 biografias em 18 volumes<sup>3</sup>.

Entretanto, a iniciativa da realização de um estudo biográfico das rainhas de Portugal, seguindo o critério cronológico e reunindo substancial documentação, não é recente. Ainda no século XVIII, o cronista da Casa de Bragança, D. José Barbosa, havia publicado, em 1727, o *Catálogo das Rainhas de Portugal*, contendo apontamentos sobre rainhas medievais. Em 1859, se dá a publicação do livro de Frederico Francisco de Figanière, *Memórias das Rainhas de Portugal*, dedicado às primeiras rainhas portuguesas, de D. Teresa a Santa Isabel. Tal projeto é retomado com a publicação em 1878-1879 da obra *Rainhas de Portugal* de Francisco da Fonseca

---

<sup>3</sup> Os volumes referentes ao período histórico que será tratado a seguir são de autoria de Isabel de Pina Baleiras (2012), Manuela Santos Silva (2012) e Ana Maria Rodrigues (2013).

Benevides.

Benevides biografou quarenta e uma rainhas, de D. Teresa de Leão a D. Maria Pia de Sabóia, lançando mão dos livros anteriores e de vasta documentação referente a correspondências, contratos de casamentos, cartas de doação, bulas papais, selos, crônicas do reino, etc, trazendo, inclusive, a reprodução de alguns desses documentos em sua obra. O livro foi reeditado em Portugal em 2007 e recebeu mais duas impressões, em 2008 e 2009, o que demonstra o interesse que o tema tem recebido na atualidade.

A produção recente de biografias de rainhas portuguesas, no entanto, difere muito do que foi realizado no passado. As reflexões trazidas pela História das Mulheres e os estudos de gênero possibilitaram um novo olhar sobre fontes já conhecidas, ampliando as informações sobre o significado histórico dessas mulheres, seus papéis sociais, culturais e especialmente suas atuações nas esferas de poder na sociedade medieval portuguesa. Com relação a esse último aspecto, estudos do que se denominou *queenship*, buscam identificar e compreender o ofício das rainhas, numa esfera legítima de poder em consonância com o poder do rei (Earenficht, 2013).

A contribuição que as novas biografias de rainhas medievais portuguesas têm trazido ao campo historiográfico pode ser avaliada através do estudo comparativo de parte de dois livros separados no tempo por mais de cem anos, de forma que se possa refletir sobre os avanços de nossos conhecimentos sobre o significado do papel social e político desempenhado por elas. Para este fim, tomemos como referência o livro de Francisco da Fonseca Benevides, *Rainhas de Portugal*, de 1878/79 e o de Ana Rodrigues Oliveira, *Rainhas Medievais de Portugal*, de 2010, circunscrevendo os respectivos capítulos referentes às rainhas Leonor Teles, Filipa de Lancaster e Leonor de Aragão.

A escolha dos dois livros para tal comparação se dá pela emblemática similitude das propostas de apresentação em capítulos em ordem cronológica das biografias de rainhas, quarenta e uma estudadas por Francisco da Fonseca Benevides e dezessete por Ana Rodrigues de Oliveira (uma vez que esta se atém às rainhas medievais). Similitude formal, entretanto, posto que seus parâmetros historiográficos diferem bastante, contrastando o cunho nacionalista e mesmo romântico de Benevides, além de seu rigor documental e a abordagem voltada para a História Cultural de Oliveira, que alia o rigor documental à análise das práticas discursivas.

A seleção das três rainhas, por sua vez, se deu pela crucialidade em termos históricos da passagem da dinastia de Borgonha para a de Avis e a singular relevância que Leonor Teles (1350-1386), Filipa de Lancaster (1360-1415) e Leonor



de Aragão (1402-1445) desempenharam no desenrolar dos acontecimentos que marcaram o fim da antiga dinastia e o início e afirmação da nova.

Lembremos que tal passagem dinástica ocorreu através do movimento conhecido como Revolução de Avis (1383-1385). D. Fernando, filho do rei D. Pedro I, foi rei de Portugal de 1367 a 1383 e morreu sem herdeiros homens, mas deixou assinado o Tratado de Salvaterra, no qual estabelecia que sua mulher, Leonor Teles, seria a regente de Portugal até que sua filha gerasse um herdeiro e este tivesse idade para assumir o trono. Tal tratado foi efetuado com D. João de Castela, marido da filha de D. Fernando, Beatriz, como uma garantia de que o rei castelhano não assumiria o trono de Portugal em caso de morte do rei português.

A despeito do tratado, a morte de D. Fernando gerou uma intensa disputa pelo poder em Portugal, envolvendo a rainha regente, o rei castelhano e herdeiros ilegítimos de D. Pedro I, entre os quais D. João, o Mestre de Avis. Diferentes setores da nobreza portuguesa, da igreja e das cidades alinharam-se aos grupos em disputa, até que a regente foi deposta, o inimigo castelhano vencido e D. João I pode inaugurar uma nova dinastia em Portugal.

A rainha deposta, Leonor Teles, é ainda hoje uma figura controversa para a historiografia. Oriunda de uma família tradicional de Trás os Montes, chegou à corte de D. Fernando já casada e com um filho. O rei, após se desembaraçar do primeiro marido e da criança, declinou de acordos de casamento com reinos vizinhos e casou-se com Leonor, primeiro às escondidas e depois publicamente. A forma negativa como o primeiro cronista de Avis descreveu a rainha influenciou muitas gerações de historiadores, ofuscando diversas questões que estavam em jogo para além da suposta personalidade de Leonor. O fato é que Leonor Teles procurou fazer valer o Tratado de Salvaterra e acabou deposta pelo meio-irmão de seu marido, D. João, o Mestre de Avis, e presa por seu suposto aliado, D. João de Castela, vindo a morrer no Mosteiro de Tordesilhas.

Uma vez rei de fato e de direito, aclamado nas cortes de Coimbra, D. João I negociou um acordo para desposar Filipa de Lancaster, filha de João de Gant que, por sua vez, era filho do rei Eduardo III da Inglaterra. A aproximação entre Portugal e Inglaterra se dá no contexto da Guerra dos Cem Anos e vinha se delimitando já no reinado de D. Fernando. A rainha Filipa será uma importante ligação entre os dois reinos e trará uma forte influência inglesa para a corte portuguesa, até sua morte em 1415.

O sucessor de D. João I, D. Duarte, já compartilhava dos assuntos do reino mesmo antes da morte do pai. Em 1428, D. Duarte desposou Leonor de Aragão, filha de Fernando I e irmã de Afonso V, reis aragoneses. Leonor também descendia de um ramo português, uma vez que era bisneta do rei D. Pedro I de Portugal com

Inês de Castro. Em 1433, D. Duarte assume o trono, mas morre cinco anos depois. O rei português havia deixado em testamento a determinação de que Leonor deveria ser a regente de Portugal após a sua morte até que seu filho completasse quatorze anos. Pela segunda vez, um rei português deixava expresso o desejo de que sua rainha fosse a regente do reino e pela segunda vez em Portugal esse desejo não seria cumprido. Leonor cede às pressões do infante D. Pedro, irmão do rei falecido, e aceita partilhar com ele a regência, mas mantendo a tutela de seus filhos. Mesmo assim, acaba destituída e, apesar das tentativas de mobilização de apoio interno e externo, é obrigada a deixar o reino e os filhos, vindo a morrer em 1445.

O estudo comparativo aqui proposto, portanto, limitar-se-á aos recortes acima estabelecidos. Para além das diferenças de estilos e vieses historiográficos, a comparação dos textos de Francisco da Fonseca Benevides e Ana Rodrigues Oliveira aponta para a questão do lugar político desempenhado por essas três rainhas na Idade Média portuguesa. Certamente que esse lugar se relaciona com questões de extrema importância como o significado do casamento e interações e oposições entre acordos políticos e afetividades; o significado da maternidade e a criação dos infantes; o estabelecimento de modelos e a influência cultural que essas rainhas tinham a capacidade de exercer, dentre outras. Entretanto, trataremos aqui especificamente dos poderes formais das rainhas, tal como apresentados em suas biografias.

Benevides apresenta três evidências para a dimensão do poder da rainha Leonor Teles em Portugal. Em primeiro lugar, a plena jurisdição e senhorio da rainha sobre suas terras, incluindo poderes de justiça e pena de morte. Afirma o autor:

Foi sempre um fato muito raro em Portugal terem as rainhas a suprema jurisdição e senhorio eminente nas suas terras; já vimos que só Santa Isabel teve jurisdição civil e criminal em suas terras, ficando contudo a pena de morte dependente de apelação para o rei, e D. Beatriz de Castela teve em Viana do Alentejo a suprema jurisdição, incluindo a pena de morte, que mais tarde seu marido, D. Afonso IV, revogou. Na doação de Vila Real, feita por D. Fernando a D. Leonor Teles, a concessão era completa e a jurisdição suprema, incluindo a pena de morte e todas as que à rainha aprouvesse de impor. (Benevides,2009:210)

Um segundo ponto de evidência de tal poder se daria com a inclusão do nome da rainha nos tratados e diplomas públicos. Diz o autor:

No tratado feito entre Portugal e Inglaterra, em 1 de Junho de 1373, figura o nome da rainha D. Leonor Teles de Meneses; desde o tempo de



Coser, Miriam

A Idade Média sob a perspectiva da História das Mulheres e dos estudos de gênero:  
as biografias das rainhas portuguesas

[www.revistarodaafortuna.com](http://www.revistarodaafortuna.com)

Santa Isabel estava abolido o uso de figurar o nome da rainha juntamente com o do rei nos tratados e diplomas públicos. (Benevides,2009:215)

Aliado a esses fatos, a assinatura da própria rainha nos documentos de sua jurisdição reforçaria a evidência de seu poder. Afirma Benevides:

Em diversos documentos que têm referência à jurisdição da rainha D. Leonor Teles sobre as suas terras se vê a sua assinatura. É a primeira rainha de Portugal de quem achamos assinatura. Em alguns diplomas se vêem ainda os restos dos selos pendentes. (Benevides,2009:218)

Ana Rodrigues Oliveira evidencia também a grande extensão de terras recebidas por Leonor e as doações feitas ao clã dos Teles de Meneses, constando, em muitos desses documentos de doação, a assinatura da rainha. Em termos da importância simbólica dessa assinatura, Oliveira atenta para o fato de que Leonor adota a fórmula “Por graça de Santa Maria Rainha do Portugal e do Algarve” em semelhança à fórmula do rei D. Fernando, “Rei pela graça de Deus”. (Oliveira, 2010: 324).

A análise sobre a importância política de Filipa de Lancaster em Portugal feita por Benevides é categórica: “Não teve a rainha D. Filipa preponderância política no governo de Portugal (...)” (2009: 232). Cita, entretanto, a correspondência da rainha com a família real inglesa, da qual descendia, assim como as doações feitas, construção de capelas, participação de negociações para o casamento da filha, assim como a inclusão do nome da rainha e sua assinatura em diplomas. Quanto a este último fato, Benevides afirma: “Esta circunstância de figurar o nome da rainha, juntamente com o do rei e o do infante no documento, era excepcional, pois já não estava em uso.” (2009: 240).

Ana Rodrigues Oliveira enfatiza justamente o oposto. Afirma a autora: “Por várias vezes D. Filipa presidiu ao exercício do governo representando o marido, frequentemente ocupado em operações militares, mesmo depois do regresso das campanhas de Castela” (Oliveira,2010:405) E ainda:

Com o oceano de permeio, D. Filipa exerceu o que é normalmente designado como uma magistratura de influência. São conhecidas várias cartas nas quais, usando a sua influência, intercede por compatriotas em diversas situações, tanto durante o governo do seu primo Ricardo II como de seu irmão Henrique IV (...) De acordo com o historiador Peter Russell, foi Filipa que manteve o tratado de Windsor tentando que essa aliança tivesse um maior alcance e significado. (Oliveira, 2010: 415-416)

A autora atenta também para a narrativa de Zurara na *Crônica da Tomada de Ceuta*, especialmente com relação a duas passagens. Na primeira, o cronista afirma que o próprio D. João fez questão de ouvir a opinião não só do condestável Nuno Álvares Pereira, mas também a de Filipa com relação ao empreendimento da tomada de Ceuta. E, em outra passagem narrativa, a própria Filipa concede a seus filhos as espadas, armando-os cavaleiros.

Quanto à terceira rainha, com relação à possível influência política que Leonor de Aragão teria exercido no reino, Benevides insiste na sua inabilidade política. Sobre a sua regência afirma: “Nestas críticas circunstâncias, a rainha mostrou que não tinha sagacidade nem tato político algum; além disso, rodeou-se de muito maus conselheiros.” (Benevides, 2009:248) Descreve, entretanto, suas relações com os reinos de Aragão e Castela e o acordo político de que participou Leonor para tentar manter a própria regência, resguardando a tutoria de seus filhos e a administração da fazenda e ofícios, apesar de conferir a defesa do reino a D. Pedro. Nesse período, sua assinatura consta da documentação ao lado da de D. Pedro, quando Leonor passa a assinar “a triste rainha”. Benevides deixa clara sua interpretação para o fim da regência e expulsão de Leonor do reino:

A rainha, de uma incapacidade completa para o governo, sem força nem prestígio algum, falta de destreza e tato, não duvidou de hostilizar os interesses populares, especialmente em Lisboa, cometendo injustiças e vexames, o que aumentou o descontentamento do povo; (...) (Benevides, 2009:248)

Ana Rodrigues Oliveira, por seu turno, faz uma comparação entre os poderes exercidos por Filipa de Lancaster e Leonor de Aragão. A autora faz a seguinte descrição da abrangência do poder de Leonor, após o casamento com D. Duarte, ainda no reinado de D. João I:

D. Leonor exerceu, à semelhança da sua sogra, a jurisdição das terras que faziam parte da sua Casa, exigindo ao então sogro que informasse o corregedor da corte das diretrizes para a sua atuação nestas terras. Todos os acontecimentos deveriam ser comunicados ao ouvidor da então infanta e mesmo os crimes que envolvessem mortos, feridos ou roubos o corregedor poderia efetuar prisões, entregando depois os condenados ao ouvidor de D. Leonor. Igualmente nas vilas que pertenciam à sua jurisdição, D. Leonor instituiu a obrigação de exigir aos respectivos concelhos o registro de todos os documentos que lhes eram enviados, pelas rainhas ou pelos reis, e quaisquer outras cartas de interesse municipal. (Oliveira, 2010: 455)

Ainda traçando uma comparação entre Filipa de Lancaster e Leonor de Aragão, a autora afirma que da mesma maneira que a aprovação de Filipa teria sido fundamental para a decisão da tomada de Ceuta, a interferência de Leonor de Aragão teria sido crucial para o ataque a Tânger. Afirma Oliveira: “A discricção política foi também um fator comum às duas rainhas que souberam, no entanto, pressionar ou influenciar os maridos quando julgaram necessário.” (Oliveira, 2010: 455).

Ana Rodrigues Oliveira descreve a tenacidade com que Leonor de Aragão procura manter e depois recuperar seu direito à regência de Portugal, inclusive buscando apoio de sua cunhada, D. Maria, regente de Aragão e de sua irmã também D. Maria, rainha de Castela.

Como explicar análises tão distintas sobre as rainhas biografadas, especialmente as duas últimas? A documentação utilizada por Ana Rodrigues de Oliveira, cento e trinta anos após Francisco da Fonseca Benevides ter publicado sua obra não difere substancialmente da utilizada por este historiador. Já salientamos a preocupação com a identificação e utilização das fontes por ambos os autores, principalmente no que se refere a correspondências, contratos de casamentos, tratados de paz, cartas de doação, bulas papais e demais documentações dessa natureza, além das crônicas oficiais do reino. Em que pese o fato de que, mais recentemente, outras fontes têm sido utilizadas para os estudos sobre as rainhas, Oliveira não se utiliza destas, mas sim das já exploradas por Benevides. A diferença substancial reside, portanto, no suporte teórico que direciona a análise dessas mesmas fontes, e muito especialmente das crônicas oficiais do reino. É aí que se dá a grande transformação do olhar historiográfico contemporâneo.

A dinastia de Avis instituiu a figura do cronista oficial do reino, encarregado de narrar os principais feitos dos reis portugueses. Os três primeiros cronistas de Avis, Fernão Lopes (ca. 1380- ca. 1460), Gomes Eanes Zurara (1410-1474) e Rui de Pina (1440-1522) são justamente os que se ocuparam de relatar os acontecimentos do reino durante o período das três rainhas aqui destacadas.

O primeiro deles, Fernão Lopes, era tabelião e gurada-mor da Torre do Tombo, tendo acesso a uma série de documentos que utilizou nas crônicas, além dos depoimentos orais que recolheu. A personagem Leonor Teles é apresentada na *Crônica de D. Fernando* e na primeira parte da *Crônica de D. João* como a grande responsável pelos insucessos de D. Fernando e pela própria crise sucessória que se estabelece em Portugal em 1383. A rainha Filipa de Lancaster é personagem da segunda parte da *Crônica de D. João* e apresentada como verdadeiro modelo de virtude e bondade. O cronista se vale dos modelos cristãos de Eva e Maria para

caracterizar tais personagens, de forma a identifica-las com a nacionalidade portuguesa, no caso da inglesa Filipa, e com a castelhana, no caso da portuguesa Leonor. (Coser, 2003).

Em 1450, Zurara sucede Fernão Lopes como cronista real e inicia a redação da *Crônica da Tomada de Ceuta*, na qual descreve as ações de Filipa de Lancaster durante os preparativos da empreitada. O cronista, que era também cavaleiro da Casa Real e guarda da livraria real, além de comendador em Alcains, torna-se, em 1454, também o novo guarda da Torre do Tombo. O perfil da rainha Filipa traçado por Zurara segue em grande parte o elaborado por Lopes, deixando, no entanto, antever maior participação da rainha nos assuntos do reino (Coser, 2003).

Mais de vinte anos após a morte de Zurara, Rui de Pina, que já havia tomado parte em diversas missões diplomáticas portuguesas, torna-se cronista real em 1497. Nas suas *Crônica de D. Duarte* e *Crônica de D. Afonso V*, o autor apresenta a sua versão das ações e características de Leonor de Aragão. Na primeira, Leonor aparece principalmente como má conselheira, levando D. Duarte ao desastre de Tânger. Na crônica seguinte, Pina insiste na fragilidade da rainha, que teria ficado cercada de maus conselheiros e seria inadequada para exercer a regência, por ser mulher e estrangeira (Coser, 2012).

Certamente, é preciso ter em mente não só que os cronistas estavam a serviço da dinastia avisina e que seu discurso é parte das estratégias de sustentação da própria dinastia, como também que produzem seus textos em diferentes conjunturas da história do reino.

Partindo dessa constatação, a questão aqui é analisar o uso que os historiadores fizeram e têm feito dessas narrativas cronísticas. Grande parte da construção das biografias de Leonor Teles, Filipa de Lancaster e Leonor de Aragão traçadas tanto por Francisco da Fonseca Benevides quanto por Ana Rodrigues Oliveira foi baseada nas crônicas de Avis. Como todo historiador é produto de seu tempo, o olhar de uma historiadora do século XXI difere muito daquele de um homem do século XIX.

Benevides enxergou nos poderes de Leonor Teles uma excepcionalidade. Sua narrativa aproxima-se a tal ponto da de Fernão Lopes que nas vinte páginas dedicadas à biografia de Leonor, utiliza as palavras “ambição”, “ambiciosa” e “ambicionava” oito vezes para qualificar a rainha e suas ações, tal como o fez o primeiro cronista de Avis. A influência política da rainha é compreendida como atípica e fruto de sua personalidade. Entretanto, alguns dos poderes e jurisdições sobre as terras da rainha se mantêm nos reinados de Filipa de Lancaster e Leonor de Aragão, como o próprio historiador demonstra indiretamente.

Curiosamente, Benevides parece desprezar a narrativa de Zurara ao ser categórico sobre a ausência de influência política de Filipa de Lancaster no reino. Não menciona a célebre passagem da *Crônica da Tomada de Ceuta* em que a rainha arma seus filhos cavaleiros ou os diálogos entre a rainha e o rei sobre os preparativos para a guerra narrados pelo cronista.

Com relação a Leonor de Aragão, Benevides acompanha Rui de Pina ao insistir na inabilidade política da rainha expressa na *Crônica de D. Duarte* e na *Crônica de D. Afonso V*. Rui de Pina fundamenta esta incapacidade no fato de Leonor ser “mulher” e “estrangeira”. Tal argumento é usado exaustivamente pelo cronista. Benevides insiste, igualmente, no fato de Leonor ser “inábil” e “estrangeira”.

Ana Rodrigues Oliveira, por sua vez, vai procurar nas crônicas os indícios da inserção política das suas biografadas, ao passo que procura desvelar a intencionalidade dos cronistas na formação de modelos de rainhas, em grande parte, referenciados pelos grandes modelos cristãos de Eva e Maria. Demonstra a existência de um certo padrão de atuação da rainha no reino, notadamente na administração de suas terras, aconselhamento do rei, articulação de alianças matrimoniais e correspondência com os reinos estrangeiros.

No entanto, seriam, como afirmou Benevides, os poderes de Leonor Teles uma excepcionalidade? Mas o próprio historiador já não identificara alguns desses mesmos poderes nos reinados de Isabel de Aragão, a Rainha Santa, e de Beatriz de Castela, assim como a permanência de alguns deles na atuação das rainhas subsequentes? O fato de que reis como D. Fernando e D. Duarte terem deixado ordens expressas de que suas esposas fossem regentes após sua morte não é também indício desse espaço de poder conferido às rainhas? A virulência com que se opuseram parcelas do reino a essas regências não contém em si também indícios da amplitude dessas atuações?

Ana Rodrigues de Oliveira, mais de cem anos após Benevides, em suas conclusões com relação a Leonor Teles, caracteriza a rainha como uma mulher à frente e vítima de seu próprio tempo: “Leonor terá sido uma mulher fora do seu tempo” e “Quanto a nós, Leonor foi mias uma vítima do seu tempo e da teia de ambições linhagísticas que se formavam em torno do rei(...)” (2010: 359-360).

Observemos que uma das contribuições que as discussões dos estudos de gênero e da História das Mulheres por estes alimentada é justamente o abandono de enfoques que enfatizam a situação da mulher ora como vítima, ora como rebelde. Como afirma Raquel Soihet: “Surge daí a importância de enfoques que permitam superar a dicotomia entre a vitimização ou os sucessos femininos, buscando-se visualizar toda a complexidade de sua atuação.” (1997: 278).

Como foi visto anteriormente, a análise de Ana Rodrigues Oliveira difere em muito da realizada por Francisco da Fonseca Benevides, principalmente com relação às atuações de Filipa de Lancaster e Leonor de Aragão, identificando suas ações sobre as terras e vilas sobre as quais tinham jurisdição, a importância da correspondência travada com os reinos de origem e o peso de suas influências sobre determinados assuntos do reino, notadamente os empreendimentos a Ceuta e a Tanger.

No que se refere a Leonor Teles, por seu turno, Ana Rodrigues Oliveira apresenta uma análise ambígua. Refletindo sobre o fato de que a rainha procurou defender até o final o que fora estabelecido no Tratado de Salvaterra, ou seja, a legitimidade de sua regência, negando, inclusive um acordo de casamento com o Mestre de Avis, Oliveira afirma: “A ambição do poder levou-a a perder tudo”. (2010:360). Mais uma vez, a imagem da mulher excepcionalmente ambiciosa, fixada por Fernão Lopes, exaustivamente repetida por Benevides, é evocada ainda por Oliveira.

Interessante perceber que apesar dos avanços dos estudos relativos a *queenship*, o poder exercido por algumas rainhas e as consequências políticas daí advindas continuam a causar estranhamento. O problema do âmbito de atuação do poder legítimo das rainhas na Idade Média portuguesa parece não estar ainda de todo resolvido. Muito nos tem revelado, entretanto, sobre a nossa própria atuação como historiadores e como nossas indagações e respostas provisórias que encontramos exprimem muito o nosso próprio tempo.

## Referências

Baleiras, I. P. (2008). *Leonor Teles, uma mulher de poder?* Dissertação de Mestrado. Lisboa: FL-UL.

\_\_\_\_\_. (2012). *Uma rainha inesperada: Leonor Teles*. Lisboa: Círculo de Leituras.

Baynum, C. W. (1991). *Fragmentation and redemption: essays on gender and the human body in medieval religion*. New York: Zone Books.

Benevides, F. F. (2009). *Rainhas de Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.

Burke, P. (1991). *A Escola dos Annales*. São Paulo: Unesp.

Butler, J. (2004). *Undoing Gender*. New York: Routledge.



Coser, Miriam

A Idade Média sob a perspectiva da História das Mulheres e dos estudos de gênero:  
as biografias das rainhas portuguesas

[www.revistarodaafortuna.com](http://www.revistarodaafortuna.com)

- \_\_\_\_\_. (2012). *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Coser, M. (2003). *Política e Gênero: o modelo de rainha nas crônicas de Fernão Lopes e Zurara (Portugal-séc.XV)*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF.
- \_\_\_\_\_. (2012). Modelo mariano e discurso político nas crônicas de Avis. In: Amaral, C.O.; Berriel, M.S. (orgs.). *Religião e religiosidade na Idade Média: poder e práticas discursivas* (pp. 103-118). Rio de Janeiro: Multifoco.
- Duby, G. (1981). *Le chevalier, la femme et le prêtre*. Paris: Hachette.
- \_\_\_\_\_. (1988). *Mâle moyen age: de l'amour et autres essais*. Paris: Flammarion.
- \_\_\_\_\_. (1992). *Image des femmes*. Paris: Plon.
- \_\_\_\_\_. (1996). *Dames Du XIIe siècle*. Paris: Gallimard.
- Earenfight, T. (2013). *Queenship in Medieval Europe*. New York: Palgrave Macmillan.
- Foucault, M. (2004). *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal.
- Herlihy, D.; Klapish-Zuber, C. (1978). *Les Toscans et leurs familles: une étude du "catasto" florentin de 1427*. Paris: FNSP-EHESS.
- Hutchinson, A. M. (2002). *Leonor Teles and the construction of female characters in Fernão Lopes*. Doctoral Theseis. London: King's College.
- Lima, M. P. *O gênero do adultério no discurso jurídico do governo de Afonso X (1252-1284)*. Tese de Doutorado, Niterói: UFF.
- Livingstone, A. (1998). Pour une révision du 'mâle' Moyen Âge de Georges Duby. *Clio. Histoire, femmes et société*, 8, 1-12.
- Macedo, J. R. (1999). *A mulher na Idade Média*. São Paulo: Contexto.
- Pedro, J. M. (2005). Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, 24, 77-98.
- Oliveira, A. R. (2010). *Rainhas medievais de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- Pernoud, R. (1980). *La femme au temps des cathédrales*. Paris: Hachette.
- Perrot, M. (2008). *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto.

Coser, Miriam

A Idade Média sob a perspectiva da História das Mulheres e dos estudos de gênero:  
as biografias das rainhas portuguesas

[www.revistarodadafortuna.com](http://www.revistarodadafortuna.com)

Rigby, S. H. (1995). *English society in the later middle ages: class, status, and gender*. London: Macmillan.

Rodrigues, A. M. (2013). *As tristes rainhas: Leonor de Aragão e Isabel de Coimbra*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Scott, J. (1990). Gênero: uma categoria útil para os estudos históricos. *Educação e Realidade*, 16, p. 5-22.

\_\_\_\_\_. (1992). História das Mulheres. In: Burke, P. (org.) *A Escrita da História* (pp. 63-95). São Paulo: Unesp.

Santos, G. S. (1995). *A senhora do paço: o papel da rainha na construção da identidade nacional portuguesa (1282-1557)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF.

Silva, M. S. (2012). *A rainha inglesa de Portugal: Filipa de Lancastre*. Lisboa: Círculo de Leituras.

Santos, D.O. (1997). *O corpo dos pecados: representações e práticas socioculturais femininas nos reinos Ibéricos de Leão, Castela e Portugal (1250-1350)*. Tese de Doutorado, São Paulo: USP.

Silva, M. S.; Rodrigues, A. M. (2012). Women's and Gender History. In: Mattoso, J. (dir.). *The Historiography of Medieval Portugal c.1950-2010*. (pp.483-497). Lisboa: IEM.

Soihet, R. (1997). História das Mulheres. In: Cardoso, C. F. ; Vainfas, R. (orgs.). *Domínios da História* (pp.275-296). Rio de Janeiro: Elsevier.

Sousa, A. P. (2004). *Leonor Teles "Huuma Maa Molber"?* Dissertação de Mestrado. Porto: FL-UP.

Trevisan, M. B. (2012). *Construção de identidades de gênero e afirmação régia. Os casais da realeza portuguesa entre os séculos XIV e XV*. Dissertação de Mestrado, Niterói: UFF.

\_\_\_\_\_. (2016). *A primeira geração de Avis: uma família 'exemplar' (Portugal séc. XV)*. Tese de Doutorado, Niterói: UFF.

**Recebido:** 30 de outubro de 2017

**Aprovado:** 17 de fevereiro de 2018